

**RECLAMAÇÃO Nº 39.209 - DF (2019/0325209-6)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECLAMANTE** : LPS BRASILIA- CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA  
**ADVOGADOS** : FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - DF039272  
CRISTIANE GOIS CALIXTO - SP228001  
DOUGLAS WILLIAM CAMPOS DOS SANTOS E OUTRO(S) -  
DF0031138  
ALEX SANDRO PAULO BARRETO - SP237276  
**RECLAMADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITORIOS  
**INTERES.** : ELIANA CRISTINA DE CASTRO PAZ  
**INTERES.** : FRANKLIN PATRICIO PAZ  
**ADVOGADO** : RAFAEL MARQUES SIQUEIRA MENDES - DF026346

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL RECLAMADO QUE NÃO OFENDE OBJETIVAMENTE DECISÃO EMANADA DO STJ. DESCABIMENTO.

1. Para que a reclamação constitucional seja admitida, é imprescindível que se caracterize, de modo objetivo, usurpação de competência deste Tribunal ou ofensa direta à decisão aqui proferida, circunstâncias não evidenciadas nos autos.
2. Petição inicial indeferida. Processo extinto sem resolução de mérito.

**DECISÃO**

Cuida-se de reclamação, com pedido de efeito suspensivo, ajuizada por LPS BRASÍLIA - CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA, em face do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, com fundamento nos arts. 105, I, "f", da CF; 988 e seguintes do CPC/2015; e 187 a 192, do RISTJ.

A reclamante aponta que " não cometeu falhas na prestação de serviços e em nenhum momento omitiu informações relevantes à venda e, por isso, não há razões para restituir a comissão de corretagem" (e-STJ fl. 9); e que a decisão reclamada concluiu que como atua no ramo da corretagem, possui solidariedade com a incorporadora na obrigação de restituir a comissão de corretagem.

Assevera, em síntese, que a decisão não apresenta fundamentação ou motivação que justifique a responsabilidade solidária, e possui divergência com o

entendimento jurisprudencial do STJ.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

À luz do disposto nos arts. 105, I, "f", da CF/88 e 187 do RISTJ, a reclamação constitucional, em razão de sua natureza excepcional, destina-se à preservação da competência deste Tribunal e à garantia da autoridade de seus julgados apenas quando objetivamente violados, não podendo servir como sucedâneo recursal para discutir o teor da decisão impugnada.

Como ressaltou a Corte Especial por ocasião do julgamento do AgRg na Rcl 29.329/MS (DJe de 03/08/2016), a reclamação é cabível para assegurar-se que ordens diretas emanadas do STJ não sejam descumpridas nas instâncias ordinárias, de forma que não se admite o manejo desta ação com o simples intuito de reexame de questões já decididas no Tribunal local.

Saliente-se, ademais, que a orientação desta Corte é pacífica no sentido de que a reclamação não se presta para compelir os julgadores da instância ordinária a observarem a jurisprudência do STJ, mesmo que firmada em sede de recurso repetitivo. Confira-se, nesse sentido, os seguintes julgados: AgRg na Rcl 22.505/SP, 2ª Seção, DJe de 15/04/2015; AgInt na Rcl 28.688/RJ, 2ª Seção, DJe de 29/08/2016.

Nesses termos, tendo em vista que, na hipótese dos autos, não sobressai, de modo objetivo, ofensa direta a decisão emanada pelo STJ, sendo nítido o intuito da reclamante para que seja aplicada interpretação de entendimento jurisprudencial, não prospera a presente reclamação.

Forte nessas razões, INDEFIRO liminarmente a petição inicial e, em consequência, JULGO EXTINTA a reclamação, sem exame de mérito, com fundamento no art. 34, XVIII, "a", do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora